ACORDO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL ENTRE A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (BRASIL) E A UNIVERSIDADE DA REPÚBLICA (URUGUAI).

A **Fundação Universidade Estadual do Ceará - FUNECE/UECE**, uma instituição de ensino superior pública, inscrita no CNPJ sob o n° 07.885.809/0001-97 e Lei de criação nº 9.753, de 18 de outubro de 1973, com sede na Avenida Doutor Silas Munguba, nº 1700, Campus do Itaperi, CEP: 60714-903, Fortaleza, Ceará, Brasil, representada por seu Presidente/Reitor Me. Hidelbrando dos Santos Soares, brasileiro, casado, RG nº 2021192262-0, CPF nº 500.823.453-68, e a **Universidade da República**, doravante Udelar, é uma instituição de ensino superior pública, com sede na Avda. 18 de julho de 1824 , reconhecido pela Lei 12.549 , representada pelo seu Reitor Rodrigo Arim Ihlenfeld, que delega para este ato a assinatura no presidente do Serviço de Relações Internacionais (SRI), Gonzalo Vicci Gianotti, de acordo com a resolução 24/2022 datado 17 de janeiro de 2022, designados a seguir por "Partes" de acordo com a legislação que rege o assunto, concordam com o seguinte:

Cláusula Primeira

Objetivo

1.1 Formalizar relações de cooperação internacional com base no estabelecimento de acordos e entendimentos mútuos, com vistas a desenvolver o intercâmbio acadêmico e cultural nas formas de educação, pesquisa e extensão.

Cláusula Segunda

Responsabilidade entre as partes

2.1 No âmbito da cooperação acadêmica, é de responsabilidade de ambas as Partes prover as condições apropriadas, à realização do programa oferecido e/ou proposto por qualquer das partes como desejável, executável, e que venha a contribuir ao fomento e ao desenvolvimento de relações de cooperação entre as partes convenentes.

Cláusula Terceira

Métodos

3.1 Todos os acordos e a assistência a esses estarão condicionados à disponibilidade de subsídio e à aprovação específica das Partes para a realização colaborativa e recíproca de atividades e/ou programas como:

3.1.1 Intercâmbio presencial e/ou virtual de pessoal docente, pesquisadores, membros de grupos de pesquisa/ e servidores técnicos-administrativos;

3.1.2 Intercâmbio presencial e virtual de estudantes;

3.1.3 Elaboração de atividades de ensino, pesquisa e extensão nos formatos presencial e virtual;

3.1.4 Organização de eventos acadêmicos e artísticos como: conferências, simpósios, seminários, dentre outros;

3.1.5 Organização de missões acadêmicas representativas e/ou de trabalho;

3.1.6 Desenvolvimento de atividades de intercâmbio cultural;

3.1.7 Realização de treinamentos, nos níveis de graduação e pós-graduação, nos cursos oferecidos por ambas as instituições;

3.1.8 Criação de oportunidades para o desenvolvimento do quadro acadêmico-funcional de ambas as partes, por meio de programas multilaterais como: treinamentos; troca de boas práticas e experiências; aprimoramento de pessoal; entre outros.

3.1.9 Prestação de consultorias;

3.1.10 Intercâmbio de informações e materiais acadêmicos;

3.1.11 Publicação conjunta de relatórios de pesquisa, artigos, livros etc.

3.1.12 Realização de programas de dupla titulação ou titulação conjunta em cotutela de tese, obedecida a legislação de cada instituição; e

3.1.13 Outras cooperações acadêmicas e atividades julgadas mutuamente apropriadas.

3.2 As atividades e/ou programas devem, antes do início da sua realização, ser organizados e firmados mediante Termos Aditivos ao presente Acordo, nos quais

serão especificados: as características; os objetivos; os responsáveis; o plano de trabalho e o cronograma de realização.

Cláusula Quarta

Política de Execução do Acordo

4.1 O conteúdo deste Acordo e seus Termos Aditivos não devem constituir qualquer das Partes em agente, servidor ou empregado, sendo cada Parte total e unicamente responsável por suas próprias ações e pelas obrigações geradas por este convênio. Assim, não existirá nenhuma relação de trabalho com a UECE, não sendo admitido nenhum vínculo empregatício com outras instituições.

4.2 As atividades desenvolvidas com base no presente Acordo terão a supervisão e coordenação dos responsáveis pela área internacional de cada instituição, ou por aqueles oficialmente designados para representá-las.

4.3 Cada parte deve responsabilizar-se por assegurar completa conformidade de seus participantes em programas ou atividades, quanto às leis e regulamentos, exigências e providências necessárias, dos respectivos países.

4.4 O presente Acordo está submetido à legislação pertinente à matéria, sobretudo o atendimento à lei brasileira nº 14.133/2021, no que couber. E à legislação pertinente a Lei Orgânica da Universidade da República Lei 12.549.

4.5 A Udelar não realiza cobranças de taxas de matrícula ou de inscrição de alunos acadêmicos de graduação ou pós-graduação. Portanto, as taxas acadêmicas dos participantes de qualquer atividade e/ou programa devem ser pagas à instituição geradora da cobrança, se aplicável.

4.6 A UECE é uma instituição de ensino superior pública e gratuita. Assim, poderão as Partes optar pelo estabelecimento de uma cláusula de reciprocidade total quanto ao pagamento de taxas e anuidades ou negociar quanto ao número de vagas, isenções e descontos, que podem ser estabelecidos em cada Termo Aditivo.

4.7 Outros custos poderão ser financiados por órgãos externos ou ficarão a cargo do próprio participante/estudante, que também será responsável pelas despesas com viagem e estadia no exterior.

4.8 A existência do presente Acordo não implica garantia de suporte financeiro por conta de nenhuma das partes.

Cláusula Quinta

Propriedade Intelectual

5.1 Quando qualquer ação de colaboração resultar na geração de propriedade intelectual, as partes envolvidas devem, imediatamente, por intermédio de seus respectivos representantes oficiais, estabelecer os direitos sobre tal propriedade, procurando-se, neste ato, preservar a relação harmoniosa entre as instituições, ressalvada a legislação específica em vigor no país de cada partícipe.

5.2 Em todas as comunicações e publicações, que resultem de projetos desenvolvidos no âmbito deste Acordo, tanto a Universidade Estadual do Ceará como a Universidade da República serão expressamente indicadas nos créditos de tal produção.

Cláusula Sexta

Vigência e Rescisão

6.1 Este Acordo será válido por até 05 (cinco) anos, a partir da data da última assinatura. Qualquer acréscimo e/ou modificação requer aprovação, por escrito, de ambas as Partes e deverá anexar-se a este documento. Salvo indicação das Partes contratantes e cláusula primeira (Objeto), que não podem ser modificadas após assinaturas.

6.2 Terminado o período inicial de cinco anos, um novo Acordo poderá ser firmado por escrito e sob consentimento mútuo, mediante a entrega de relatório de atividades.

6.3 As Partes reservam-se o direito de cancelar o presente Acordo, por meio de comunicação escrita, com pelo menos 90 (noventa) dias de antecedência.

6.4 No caso de denúncia, esta deve ser feita por comunicação escrita a qualquer momento com direito a rescisão nos casos de infração legal ou descumprimento de qualquer das obrigações estabelecidas neste Acordo ou em seus Termos Aditivos. Essa decisão não afetará as atividades acadêmicas em

desenvolvimento, que deverão continuar até o seu término conforme previsto no Termo Aditivo.

Cláusula Sétima

Foro e Litígio

7.1 Em caso de dificuldades na interpretação ou execução do presente Acordo prevalecerá a opção pela resolução consensual e extrajudicial de conflitos entre as Partes, ou seja, a autocomposição, a mediação e a arbitragem. Nos dois últimos, o mediador ou árbitro será escolhido de comum acordo pelas Partes. O recurso judicial será usado apenas como última opção, depois de esgotadas todas as outras vias. Neste caso, os litígios serão resolvidos pela jurisdição onde o fato suceda e, se necessário, julgados pelos princípios do Direito Internacional Público.

Cláusula Oitava

Publicação do Convênio

8.1 Cada Parte fará a publicação oficial de um extrato do presente Acordo se determinado pela legislação do respectivo país.

Cláusula Nova

Outras Disposições

9.1 Firmar o presente Acordo não impede que as Partes realizem outros acordos semelhantes com outras instituições, observadas as restrições eventualmente feitas ao uso de bens e à divulgação de informações e as limitações impostas por direitos autorais.

9.2 Estando acordados os interesses, fica o presente Acordo assinado pelas partes em 04 (quatro) originais, sendo 02 (dois) escritos em língua portuguesa e 02 (dois) escritos em língua espanhola, de igual teor e com um só efeito.

Lugar e data:

Fundação Universidade Estadual do Ceará - FUNECE/UECE

HIDELBRANDO DOS SANTOS SOARES:50082345368

Assinado de forma digital por HIDELBRANDO DOS SANTOS SOARES:50082345368
Dados: 2024.12.16 15:13:51 -03'00'

Hidelbrando dos Santos Soares

Presidente/Reitor

Lugar e data:

Universidade da República

Gonzalo Vicci Gianotti

Firmado digitalmente por Gonzalo Vicci Gianotti
Fecha: 2025.01.16 14:28:32 -03'00'

Gonzalo Vicci Gianotti

Presidente do SRI

Testemunhas: (nome completo e nº doc. oficial).

ACUERDO DE COOPERACIÓN INTERNACIONAL ENTRE LA FUNDACIÓN UNIVERSIDAD DEL ESTADO DE CEARÁ (BRASIL) Y LA UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA (URUGUAY).

La **Fundación Universidade Estadual do Ceará - FUNECE/UECE**, una institución de enseñanza superior pública, inscrita en el CNPJ bajo el n° 07.885.809/0001-97 y Ley de creación nº 9.753, de 18 de octubre de 1973, con sede en la Avenida Doutor Silas Munguba, nº 1700, Campus do Itaperi, CEP: 60714-903, Fortaleza, Ceará, Brasil, representada por su Presidente/Rector Me. Hidelbrando dos Santos Soares, brasileño, casado, RG nº 2021192262-0, CPF nº 500.823.453-68, y la **Universidad de la República** en adelante Udelar, es una institución de enseñanza superior público, con domicilio en Avda. 18 de julio 1824 , reconocido por la Ley 12.549 , representada por su Rector Rodrigo Arim Ihlenfeld,quien delega para este acto la firma en el presidente del Servicio de Relaciones Internacionales (SRI), Gonzalo Vicci Gianotti, según resolución 24/2022 de fecha 17 de enero de 2022, designadas a seguir por "Partes" consonante con la legislación que rige la materia, acuerdan lo siguiente:

Cláusula Primera

Objetivo

1.1 Formalizar relaciones de cooperación internacional teniendo como base el establecimiento de acuerdos y entendimientos mutuos, con vistas a desarrollar el intercambio académico y cultural en las formas de educación, investigación y extensión.

Cláusula Segunda

Responsabilidad entre las partes

2.1 En el ámbito de la cooperación académica, es responsabilidad de ambas partes proporcionar las condiciones adecuadas para la realización del programa ofrecido y/o propuesto por cualquiera de las partes como deseable, ejecutable y que contribuya a la promoción y desarrollo de las relaciones de cooperación entre las partes contratantes.

Cláusula Tercera

Métodos

3.1 Todos los acuerdos y la asistencia a ellos estarán condicionados a la disponibilidad de subsidio y a la aprobación específica de las Partes para la realización colaborativa y recíproca de actividades y/o programas como:

3.1.1 Intercambio presencial y/o virtual de personal docente, investigadores, miembros de grupos de pesquisa/y personal técnico-administrativo;

3.1.2 Intercambio presencial y virtual de estudiantes;

3.1.3 Elaboración de actividades de enseñanza, investigación y extensión en los formatos presencial y virtual;

3.1.4 Organización de eventos académicos y artísticos como: conferencias, simposios, seminarios, entre otros;

3.1.5 Organización de misiones académicas representativas y/o de trabajo;

3.1.6 Desarrollo de actividades de intercambio cultural;

3.1.7 Realización de entrenamientos, en los niveles de grado y posgrado, en los cursos ofrecidos por ambas las instituciones;

3.1.8 Creación de oportunidades para el desarrollo de la plantilla académico-funcional de ambas las partes, por medio de programas multilaterales como: entrenamientos; cambio de buenas prácticas y experiencias; perfeccionamiento de personal; entre otros.

3.1.9 Prestación de consultorías;

3.1.10 Intercambio de informaciones y materiales académicos;

3.1.11 Publicación conjunta de relatos de investigación, artículos, libros, etc.

3.1.12 Realización de programas de doble titulación o titulación conjunta en cotutela de tesis, obedecida la legislación de cada institución; y

3.1.13 Otras cooperaciones académicas y actividades juzgadas mutuamente apropiadas.

3.2 Las actividades y/o programas deben, antes del inicio de su realización, ser organizados y firmados mediante Términos Aditivos al presente Acuerdo, en los cuales serán especificados: las características; los objetivos; los responsables; el plan de trabajo y el plan de actividades de realización.

Cláusula Cuarta

Política de Ejecución del Acuerdo

4.1 El contenido de este Acuerdo y sus Modificaciones no constituirá a ninguna de las Partes como agente, servidor o empleado, siendo cada Parte total y únicamente responsable de sus propias acciones y de las obligaciones generadas por este acuerdo. Así, no existirá relación laboral con la UECE, y no se admitirá relación laboral con otras instituciones.

4.2 Las actividades desarrolladas teniendo como base el presente Acuerdo tendrán la supervisión y coordinación de los responsables del área internacional de cada institución, o por aquellos oficialmente designados para representarlas.

4.3 Cada parte será responsable de garantizar el pleno cumplimiento por parte de sus participantes en los programas o actividades de las leyes y reglamentos, requisitos y disposiciones necesarias de sus respectivos países.

4.4 El presente Acuerdo está sujeto a la legislación pertinente, especialmente al cumplimiento de la Ley brasileña nº 14.133/2021, cuando sea aplicable. Y a la legislación pertinente a la Ley orgânica de la Universidad de la República Ley 12.549.

4.5 Udelar no realiza cobranzas de matrículas o tasas de inscripción de estudiantes académicos de grado o postgrado. Por lo tanto, las tasas académicas de los participantes de cualquier actividad y/o programa deben ser pagadas a la institución que genera el cobro, si es aplicable.

4.6 La UECE es una institución de enseñanza superior pública y gratuita. Así, podrán las Partes optar por el establecimiento de una cláusula de reciprocidad total cuanto al pago de tasas y anualidades o negociar cuanto al número de vacancias, exenciones y descuentos, que pueden ser establecidos en cada Término Aditivo.

4.7 Otros costes podrán ser financiados por órganos externos o quedarán a cargo del propio participante/estudiante, que también será responsable de los gastos con viaje y estancia en el exterior.

4.8 La existencia del presente Acuerdo no implica garantía de soporte financiero por cuenta de ninguna de las partes.

Cláusula Quinta

Propiedad Intelectual

5.1 Cuando cualquier acción de colaboración resulte en la generación de propiedad intelectual, las partes envueltas deben, inmediatamente, por intermedio de sus respectivos representantes oficiales, establecer los derechos sobre tal propiedad, buscándose, en este acto, preservar la relación armoniosa entre las instituciones, reservada la legislación específica en vigor en el país de cada partícipe.

5.2 En todas las comunicaciones y publicaciones, que resulten de proyectos desarrollados en el ámbito de este Acuerdo, tanto la Universidad del Estado de Ceará como la Universidad de la República serán expresamente indicadas en los créditos de tal producción..

Cláusula Sexta

Vigencia y Rescisión

6.1 El presente Acuerdo será válido hasta cinco (5) años a partir de la fecha de la última firma. Cualquier acrecentamiento y/o modificación requiere aprobación, por escrito, de ambas Partes y deberá anexarse a este documento. Salvo

indicación de las Partes contratantes y cláusula primera (Objeto), que no pueden ser modificadas después de las firmas.

6.2 Finalizado el período inicial de cinco años, un nuevo Acuerdo podrá ser firmado por escrito y bajo consentimiento mutuo, mediante la entrega de un relato de actividades.

6.3 Las Partes se reservan el derecho de interrumpir el presente Acuerdo, por medio de comunicación escrita, con por lo menos 90 (noventa) días de antelación.

6.4 En el caso de denuncia, esta debe ser hecha por comunicación escrita a cualquier momento con derecho a la rescisión en los casos de infracción legal o incumplimiento de cualquiera de las obligaciones establecidas en este Acuerdo o en sus Términos Aditivos. Esa decisión no afectará las actividades académicas en desarrollo, que deberán seguir hasta su fin como previsto en el Término Aditivo.

Cláusula Séptima

Foro y Litigio

7.1 En caso de dificultades en la interpretación o ejecución del presente Acuerdo prevalecerá la opción por la resolución consensual y extrajudicial de conflictos entre las Partes, o sea, la autocomposición, la mediación y el arbitraje. En los dos últimos, el mediador o árbitro será elegido en común acuerdo por las Partes. El recurso judicial será usado sólo como última opción, después de agotadas todas las otras vías. En este caso, los litigios serán resueltos por la jurisdicción donde el hecho suceda y, si necesario, juzgados por los principios del Derecho Internacional Público.

Cláusula Octava

Publicación del Convenio

8.1 Cada Parte hará la publicación oficial de un extracto del presente Acuerdo según lo determinado por la legislación del respectivo país.

Cláusula Novena

Otras Disposiciones

9.1 Firmar el presente Acuerdo no impide que las Partes realicen otros acuerdos semejantes con otras instituciones, observadas las restricciones eventualmente hechas al uso de bienes y a la divulgación de informaciones y las limitaciones impuestas por derechos autorales.

9.2 Estando acordados los intereses, queda el presente Acuerdo firmado por las partes en 04 (cuatro) originales, siendo 02 (dos) escritos en lengua portuguesa y 02 (dos) escritos en lengua española, de igual tenor y con un sólo efecto.

Lugar y fecha:

Fundación Universidad del Estado de Ceará - FUNECE/UECE

HIDELBRANDO DOS SANTOS SOARES:50082345368
Assinado de forma digital por HIDELBRANDO DOS SANTOS SOARES:50082345368
Dados: 2024.12.16 15:14:36 -03'00'

Hidelbrando dos Santos Soares
Presidente/Reitor

Lugar y fecha:

Universidad de la República

Gonzalo Vicci Gianotti
Firmado digitalmente por Gonzalo Vicci Gianotti
Fecha: 2025.01.16 14:25:54 -03'00'

Gonzalo Vicci Gianotti
Presidente del SRI

Testigos: (nombre completo y número de documento oficial).